

QUAIS OS DETERMINANTES DA PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA NOS BAIRROS E CIDADES DO NORDESTE?

WHAT ARE THE DETERMINANTS OF THE PERCEPTION OF INSECURITY IN NEIGHBORHOODS AND CITIES IN THE NORTHEAST?

¿CUÁLES SON LOS DETERMINANTES DE LA PERCEPCIÓN DE INSEGURIDAD EN LOS BARRIOS Y CIUDADES DEL NORDESTE?

Maria Adreciana Silva de Aguiar¹
Priscila Silva Rodrigues Falconeri²
Daniel Tomaz de Sousa³

RESUMO

O aumento do número de crimes que ocorrem nos grandes centros urbanos e nos bairros faz com que a população se sinta cada vez mais insegura. Portanto, o presente artigo tem como objetivo verificar os determinantes da percepção de insegurança na região Nordeste, a partir de aspectos socioeconômicos, de localização e variáveis de risco. Para isso, foram usados os dados da Pesquisa Suplementar sobre Sensação de Segurança da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada em 2021, através da estimação de um modelo *logit* ordenado generalizado. Os resultados indicam que gênero, escolaridade, exposição à criminalidade, presença de moradores de rua, uso e venda de drogas, roubos, terrenos baldios e áreas de lazer estão associados à percepção de insegurança, com efeitos que variam conforme a escala territorial e o nível de insegurança. Também foram identificadas diferenças entre os estados nordestinos, mesmo após o controle pelas características individuais, domiciliares, de localização e de risco. Os efeitos não proporcionais demonstram que os determinantes não atuam de forma uniforme nos diferentes níveis da escala, reforçando a importância do modelo *logit* ordenado generalizado. Dessa forma, a insegurança configura-se como um fenômeno multidimensional e territorialmente diferenciado.

Palavras-chave: insegurança; vulnerabilidade; criminalidade urbana.

ABSTRACT

The increase in the number of crimes occurring in large urban centers and neighborhoods has made the population feel increasingly insecure. Therefore, this article aims to investigate the determinants of the perception of insecurity in the Northeast region of Brazil, based on socioeconomic, location, and risk-related factors. To this end, data from the Supplementary

¹Doutora em Economia (CAEN/UFC). Professora dos cursos de Ciências Econômicas e Finanças da Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral. Sobral. Ceará. Brasil. E-mail: adreciane@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1163-9734>.

²Doutora em Economia (CAEN/UFC). Fortaleza. Ceará. Brasil. E-mail: priscilarodrigues65@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6851-5698>.

³Doutor em Economia (PPGE/UFPB). Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará (FEAAC/UFC). Fortaleza. Ceará. Brasil. E-mail: danieltomaz@ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2530-2593>.

Survey on the Perception of Security of the Continuous National Household Sample Survey (PNADC), conducted in 2021, were used through the estimation of a generalized ordered logit model. The results indicate that gender, education, exposure to crime, the presence of homeless people, drug use and sales, robberies, vacant lots, and recreational areas are associated with the perception of insecurity, with effects varying according to the territorial scale and level of insecurity. Differences among Northeastern states were also identified, even after controlling for individual, household, location, and risk characteristics. The non-proportional effects demonstrate that the determinants do not operate uniformly across the different levels of the scale, reinforcing the importance of the generalized ordered logit model. Thus, insecurity is characterized as a multidimensional and territorially differentiated phenomenon.

Keywords: insecurity; vulnerability; criminality urban.

RESUMEN

El aumento del número de delitos que ocurren en los grandes centros urbanos y en los barrios hace que la población se sienta cada vez más insegura. Por lo tanto, el presente artículo tiene como objetivo analizar los determinantes de la percepción de inseguridad en la región Nordeste de Brasil, a partir de aspectos socioeconómicos, de localización y variables de riesgo. Para ello, se utilizaron datos de la Encuesta Suplementaria sobre Sensación de Seguridad de la Encuesta Nacional Continua por Muestra de Hogares (PNADC), realizada en 2021, mediante la estimación de un modelo logit ordenado generalizado. Los resultados indican que el género, el nivel educativo, la exposición a la delincuencia, la presencia de personas sin hogar, el consumo y la venta de drogas, los robos, los terrenos baldíos y las áreas de ocio están asociados con la percepción de inseguridad, con efectos que varían según la escala territorial y el nivel de inseguridad. También se identificaron diferencias entre los estados de la región Nordeste, incluso después de controlar por las características individuales, familiares, de localización y de riesgo. Los efectos no proporcionales muestran que los determinantes no actúan de manera uniforme en los diferentes niveles de la escala, lo que refuerza la importancia del modelo logit ordenado generalizado. De esta manera, la inseguridad se caracteriza como un fenómeno multidimensional y territorialmente diferenciado.

Palabras clave: inseguridad; vulnerabilidad; criminalidad urbana.

Como citar este artigo: AGUIAR, Maria Adreciana Silva de; FALCONERI, Priscila Silva Rodrigues; SOUSA, Daniel Tomaz de. Quais os determinantes da percepção de insegurança nos bairros e cidades do Nordeste?. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 16, p. 639-660, 28 out. 2026. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v16.5644>.

Artigo recebido em: 15/09/2024; **Artigo aprovado em:** 22/10/2026; **Artigo publicado em:** 28/10/2026

1 INTRODUÇÃO

A insegurança resultante da ocorrência de um crime está relacionada com sentimentos, pensamentos e comportamentos a uma situação de ameaça. Não há uma teoria abrangente que consiga explicar os múltiplos fatores que contribuem para o medo do crime. Porém, existem três aspectos gerais que influenciam na percepção de (in)segurança que são: as características

demográficas; a experiência de vitimização; e as condições relacionadas com a vizinhança e o ambiente urbano (Austin; Furr, 2002).

As características demográficas e as condições de vulnerabilidade física e social estão associadas à percepção de insegurança diante do crime. A literatura aponta que determinados grupos, como mulheres, pessoas de baixa renda, idosos e indivíduos com menor nível de escolaridade, tendem a apresentar níveis mais elevados de medo e insegurança (Austin; Furr, 2002; Schafer *et al.*, 2006; Franklin *et al.*, 2008; Rountree; Land, 1996). Parte dessa diferença pode estar relacionada à maior exposição ou vulnerabilidade à vitimização, uma vez que fatores como idade, gênero e composição do agregado familiar apresentam associação significativa com as taxas de vitimização (Capowich, 2003).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o sentimento de insegurança no Brasil permanece elevado e pode estar associado aos altos níveis de criminalidade e vitimização. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2026) revelou que a taxa de Mortes Violentas Intencionais⁴ no Brasil em 2025 foi de 19,1 para cada 100 mil habitantes e no Nordeste essa taxa foi de 31,6 por 100 mil. Observando essa mesma taxa por estado, os que apresentaram maiores taxas no mesmo ano foram: Amapá (42,5), Bahia (36,8) e Ceará (34,37). A maior parte das vítimas eram negras (79,7%), com idade entre 18 e 24 anos e do sexo masculino (90,8%). Os dados referentes aos crimes contra o patrimônio demonstraram que só em 2025 foram 792.284 celulares furtados ou roubados no país e a taxa de roubo por 100 mil habitantes foi de 144,7.

Toda essa vitimização contribui para que a população se sinta insegura e com medo de sofrer algum tipo de violência, especialmente nas áreas mais perigosas, seja no município, no bairro ou até mesmo nos locais próximos aos seus domicílios e locais de trabalho (Austin; Furr, 2002; Schafer *et al.*, 2006).

A percepção de insegurança afeta diretamente o desenvolvimento social e econômico, criando uma série de impactos em áreas como desigualdade, infraestrutura urbana e políticas públicas. Os custos macroeconômicos da violência traduzem-se em maior desigualdade de renda e menor crescimento econômico. Por afetar desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis, a violência intensifica as desigualdades sociais, limitando o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, renda e representação política. Além disso, seus efeitos repercutem no crescimento econômico ao prejudicar indivíduos, empresas e comunidades como um todo (Meléndez, 2021).

A relação entre violência e infraestrutura urbana torna-se evidente em bairros caracterizados pela desorganização, negligência e falta de infraestrutura básica, que acabam criando um ambiente favorável à insegurança. A exclusão territorial empurra os indivíduos mais vulneráveis para áreas mais suscetíveis à violência, agravando ainda mais a desigualdade social. Essa exclusão também limita o acesso a empregos, oportunidades educacionais e culturais, reforçando um ciclo vicioso que contribui para o aumento da criminalidade e dificulta a superação das condições de vulnerabilidade (Batella; Diniz, 2010; Ferreira, 2019).

A insegurança e a atuação de grupos criminosos em comunidades periféricas podem limitar a presença e a capacidade de atuação do Estado, dificultando a implementação de

⁴ O indicador de Mortes Violentas Intencionais corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora.

políticas públicas e a realização de investimentos em áreas como saneamento, transporte público e lazer. Em contextos de maior vulnerabilidade, a presença de facções criminosas pode ainda comprometer a oferta de serviços e a execução de ações governamentais, contribuindo para o aprofundamento da exclusão social (Viana, 2019).

Dado o exposto, este artigo tem por objetivo verificar os determinantes da sensação de (in)segurança nos bairros e nas cidades do Nordeste do Brasil. Para isso, foram usados os dados da Pesquisa Suplementar sobre Sensação de Segurança da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da estimação de um modelo *logit* ordenado generalizado.

Os resultados mostram que a percepção de insegurança é influenciada por fatores individuais, ambientais e territoriais, com destaque para gênero, escolaridade, presença de moradores de rua, consumo e venda de drogas, roubos, terrenos baldios e áreas de lazer. Também foram observadas diferenças entre as escalas de bairro e cidade, além de heterogeneidade entre os estados nordestinos.

De modo geral, os efeitos variam conforme o nível de insegurança, evidenciando a importância dos efeitos não proporcionais identificados pelo modelo. As diferenças entre os estados permanecem mesmo após o controle por características individuais, domiciliares, de localização e de risco. Assim, os resultados reforçam que a insegurança é um fenômeno multidimensional e territorialmente diferenciado, relacionado às características dos indivíduos, do ambiente e do território analisado.

Além da introdução, a segunda seção do artigo apresenta uma revisão de literatura abordando os principais trabalhos que tratam sobre economia do crime: sensação de insegurança e a relação entre vitimização e essa sensação. Na terceira seção, foi feita a descrição da base de dados, variáveis utilizadas e os procedimentos metodológicos. A quarta seção apresenta os principais resultados e na quinta, e última seção, as considerações finais são expostas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos econômicos sobre os determinantes do crime e sobre o comportamento da atividade criminosa tornaram-se mais evidentes a partir dos trabalhos realizados por Becker (1968), marcando o início de uma área da economia que atualmente é denominada Economia do Crime. Em seu trabalho pioneiro, o autor buscou observar o comportamento humano diante da prática de crimes, procurando compreender as razões que levam as pessoas a cometer ou evitar atividades criminosas.

Nesse contexto, diversos fatores influenciam a percepção de insegurança, entre eles estão as condições demográficas, a experiência de vitimização e as condições urbanas. Entre os fatores demográficos, destacam-se variáveis como sexo, idade e condição socioeconômica. As mulheres, por exemplo, apresentam maior medo do crime do que os homens, sendo que níveis mais elevados de medo podem provocar limitações nas atividades pessoais e sociais desse grupo (Keane, 1998).

Além das características individuais, a experiência de vitimização constitui outro fator relacionado à percepção de segurança. Assim como a vitimização direta, o contato com pessoas que foram vítimas de crimes também exerce influência sobre a sensação de insegurança. A literatura classifica os crimes em dois grandes grupos que se diferenciam quanto à sua motivação: o grupo de crimes com finalidade lucrativa (grupo econômico), que inclui crimes contra o patrimônio, como furto, roubo, usurpação, apropriação indébita, crimes contra a fé pública e contra a administração pública; e o grupo de crimes sem motivação econômica (grupo não econômico), como estupro, violência doméstica e feminicídio (Becker, 1968; Fernandez, 1998).

Além da experiência direta de vitimização, a percepção de insegurança também é influenciada pela avaliação que os indivíduos fazem das ameaças presentes nos espaços em que vivem e circulam, como bairros, cidades e outros ambientes urbanos (Canhoto, 2010; Jackson; Gouseti, 2012; Mccrea et al., 2005; Saelens; Sallis, 2002; Silva, 2019). Nesse sentido, determinadas condições do ambiente urbano podem afetar o nível de risco percebido pelos moradores, destacando-se a presença de edifícios deteriorados, lixo, locais escuros ou isolados (Di Rocco, Vasiljevic e Ivert, 2023; Borooah; Carcach, 1997). Dessa forma, a sensação de insegurança pode ser determinada não somente pela ocorrência de crimes nas regiões urbanas, mas também pelas experiências de vitimização direta e pelos efeitos indiretos da violência (Skogan; Maxfield, 1981).

Nessa perspectiva, Di Rocco, Vasiljevic e Ivert (2023) realizaram uma análise sobre a evolução do medo do crime e sua relação com fatores como desordem física, desordem social, eficácia coletiva e nível de vulnerabilidade socioeconômica dos bairros. Os autores utilizaram uma abordagem longitudinal e comparativa, analisando dados de pesquisas realizadas com moradores de bairros de duas cidades da Suécia, durante um período de seis anos. Os dados foram coletados por meio de questionários e posteriormente agregados ao nível dos bairros. Os principais resultados sugerem que o medo do crime é influenciado pelas condições físicas e sociais dos bairros, sendo importante considerar as características específicas de cada local na formulação de intervenções.

Seguindo essa perspectiva, o estudo de Smith e Hill (1991) teve como objetivo compreender os determinantes da insegurança e identificar quais ocorrências de crimes fazem com que as pessoas se sintam mais ou menos inseguras. Os autores realizaram o estudo a partir de uma amostra probabilística na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, e concluíram que o medo do crime está relacionado à vitimização por crimes patrimoniais, ou seja, crimes menos violentos, mas que provocam prejuízos financeiros às vítimas. Além disso, quando os indivíduos são vítimas de crimes violentos, experimentam maior medo quando o crime contra o patrimônio ocorre simultaneamente ao crime violento.

Na literatura nacional, Moreira e Cecato (2024) afirmaram que, em média, apenas um quinto da população brasileira declara sentir-se muito segura. Resultados semelhantes são observados no Equador e no México, países que, assim como o Brasil, apresentam elevados níveis de violência e desigualdade socioeconômica. Os principais resultados apontados pelos autores revelam que a baixa confiança nas instituições policiais está associada a piores percepções de segurança. Vale ressaltar, ainda, que as taxas de homicídio da área de residência não apresentaram efeito sobre a percepção individual de segurança. Ou seja, morar em uma região com maior taxa de homicídios não necessariamente significa que o indivíduo se perceba

como menos seguro. Por outro lado, a experiência pessoal anterior de vitimização apresentou efeito significativo, resultado também observado por Smith e Hill (1991).

Em relação às características do ambiente urbano, Antonioli, Moreira e Ceccato (2026), a partir de uma análise que utiliza dados da PNAD Contínua e a estimação de um modelo logit ordenado, investigaram a percepção de segurança ao caminhar sozinho à noite próximo à residência. Os autores concluíram que a iluminação pública desempenha um papel importante na percepção de segurança nas cidades brasileiras e que, quanto pior a qualidade da iluminação, menor tende a ser a sensação de segurança, especialmente entre mulheres e pessoas não brancas.

Ainda no contexto brasileiro, Cunha e Plassa (2016) analisaram os fatores que aumentam a probabilidade de determinados grupos se sentirem mais inseguros do que outros, considerando três níveis territoriais: domicílio, bairro e município. Os autores estimaram um modelo logit utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 e concluíram que o perfil dos indivíduos que se sentem inseguros é, em geral, composto por mulheres, não brancos, moradores de regiões urbanas e metropolitanas, com menor nível de escolaridade e baixa renda per capita. Além disso, o medo do crime seria fortemente afetado pela vitimização direta, enquanto a sensação de insegurança mostrou-se mais prevalente nos municípios do que nas residências dos indivíduos e nos bairros onde residem.

Ainda em relação a vitimização direta, Sá Santos e Moura (2021) observaram o efeito de crimes como roubo, furto e agressão física sobre o sentimento de insegurança no Brasil. Para isso, usaram dados da PNAD 2009 para a estimação de um modelo de *Propensity Score Matching (PSM)*. Os resultados encontrados demonstraram que quanto maior a vitimização maior a probabilidade de a pessoa sentir-se insegura tanto no bairro, quanto na cidade e no domicílio em que mora, com o efeito sendo maior no bairro. Além desse efeito dado a vitimização, os resultados apontaram que quanto ao roubo o efeito direto é maior que nos demais crimes.

Borges (2013), por sua vez, observando os dados da *survey* realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), em parceria com o IBOPE em junho de 2010, analisou o perfil demográfico das vítimas de crime e o sentimento de insegurança no Brasil. Dentre os resultados, observou-se que se tratando das Grandes Regiões, constatou-se que os residentes da região Sul são os que se sentem menos inseguros, enquanto os mais inseguros são os nordestinos. No que se refere à variável sexo, as mulheres se sentem mais inseguras do que os homens, independente do horário e do local de avaliação. E a experiência de vitimização é outra variável relevante na análise da probabilidade de uma pessoa se sentir insegura.

Em um estudo realizado no estado de Minas Gerais, Rodrigues e Oliveira (2012) obtiveram resultados semelhantes às referências na literatura citada. Constataram que as mulheres e os idosos apresentaram uma maior sensação de insegurança. Além disso, pessoas com maior nível de instrução e maiores níveis socioeconômicos também obtiveram um grau maior de insegurança, dado que, devido à posse de mais bens, são mais suscetíveis a serem vítimas de delitos.

No contexto da região Nordeste, destacam-se estudos realizados em recortes territoriais específicos. Ciríaco, Sousa e Jorge Neto (2018), por exemplo, analisaram os determinantes do medo do crime no estado do Ceará. Mello Neto (2016), por sua vez, investigou as variações

geográficas do sentimento de segurança e insegurança no Brasil a partir dos dados da PNAD de 2009, com desagregação dos resultados por unidades da Federação, incluindo estados nordestinos. Apesar dessas contribuições, não foram identificados, na literatura consultada, estudos voltados especificamente para a análise conjunta dos determinantes da percepção de insegurança na região Nordeste. Essa lacuna torna-se particularmente relevante diante dos resultados de Borges (2013), que apontam o Nordeste como a região brasileira em que os indivíduos apresentaram maior sensação de insegurança. Assim, a ausência de análises direcionadas ao conjunto da região evidencia uma lacuna importante na compreensão dos fatores individuais, ambientais e territoriais associados à percepção de insegurança no Nordeste.

Diante dessa contextualização sobre os determinantes do crime e da identificação da lacuna de pesquisas voltadas especificamente para a região Nordeste, torna-se relevante compreender a sensação de insegurança dos indivíduos em diferentes níveis territoriais, seja no país, na cidade, no município ou no bairro. Essa análise é importante tanto para o entendimento dos contextos socioeconômicos que caracterizam essas localidades quanto para as discussões relacionadas ao desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA

3.1 BASE DE DADOS E TRATAMENTO

Para alcançar o objetivo desta pesquisa foram utilizados os dados da Pesquisa Suplementar sobre Sensação de Segurança da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta as variáveis adequadas para essa mensuração da insegurança.

Foi considerado o plano amostral complexo da PNAD Contínua, que adota amostragem por conglomerados em dois estágios, com estratificação das unidades primárias de amostragem (UPAs). No primeiro estágio, as UPAs são selecionadas, em cada estrato, com probabilidade proporcional ao número de domicílios. No segundo, são selecionados, por amostragem aleatória simples, 14 domicílios particulares permanentes ocupados em cada UPA integrante da amostra, com base no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) atualizado (IBGE, 2023).

Para a percepção da insegurança foram utilizadas as questões que mensuram o quanto o indivíduo se sente seguro no seu bairro e na sua cidade. As variáveis são categóricas e possuem as seguintes possibilidades de respostas: muito seguro, seguro, inseguro, muito inseguro e ignorado. Quanto as variáveis explicativas, há três blocos: individual e familiar (mulher, branca, chefe, idade, educação, renda e quantidade de adultos no domicílio), localização (urbana, capital, estados do Nordeste) e um conjunto de variáveis de risco (iluminação, terreno baldio, lazer, policiamento, morador de rua, uso de drogas, venda de drogas, assassinato, roubo e confiança na polícia). A escolha de tal conjunto de variáveis se dá de acordo com o observado na literatura.

O Quadro 1, abaixo, apresenta a descrição das variáveis utilizadas no modelo.

Quadro 1 – Descrição das variáveis

Variável	Descrição
Dependente	
Insegurança no Bairro	= 1, Muito Seguro
Insegurança na Cidade	= 2, Seguro
	= 3, Inseguro
	= 4, Muito Inseguro
Individual e Familiar	
Mulher	= 1 se o indivíduo for do sexo feminino; 0 caso contrário
Branca	= 1 se o indivíduo se declara de cor/raça branca; 0 caso contrário
Chefe	= 1 se o indivíduo for responsável pelo domicílio; 0 caso contrário
Idade 15 a 18	= 1 se o indivíduo tem entre 15 e 18 anos de idade; 0 caso contrário ^(a)
Idade 19 a 24	= 1 se o indivíduo tem entre 19 e 24 anos de idade; 0 caso contrário
Idade 25 a 39	= 1 se o indivíduo tem entre 25 e 39 anos de idade; 0 caso contrário
Idade 40 a 59	= 1 se o indivíduo tem entre 40 e 59 anos de idade; 0 caso contrário
Idade + 60	= 1 se o indivíduo tem 60 anos ou mais de idade; 0 caso contrário
Sem Instrução	= 1 se o indivíduo não possui instrução ou possui o ensino fundamental incompleto; 0 caso contrário ^(a)
Fundamental	= 1 se o indivíduo possui o ensino fundamental completo; 0 caso contrário
Médio	= 1 se o indivíduo possui o ensino médio completo; 0 caso contrário
Superior	= 1 se o indivíduo possui o ensino superior completo; 0 caso contrário
Renda	Variável contínua que indica o rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes)
Qtd Adultos	Variável contínua que indica a quantidade de adultos com idade entre 19 e 59 anos de idade no domicílio
Localização	
Urbana	= 1 se o indivíduo reside na área urbana; 0 caso contrário
Capital	= 1 se o indivíduo reside na capital; 0 caso contrário
Estados NE	Variáveis <i>dummies</i> para os estados da região Nordeste
Variáveis de Risco	
Iluminação	= 1 se nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, existe iluminação pública; 0 caso contrário
Terreno Baldio	= 1 se nas redondezas ou arredores do domicílio, existe terreno baldio ou lote abandonado; 0 caso contrário
Área de Lazer	= 1 se nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, existe parque, praça ou campinho (quadra de esportes); 0 caso contrário
Policiamento	= 1 se nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, existe policiamento; 0 caso contrário
Morador de rua	= 1 se nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, existe morador de rua; 0 caso contrário
Uso de Drogas	= 1 se nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, existem pessoas consumindo drogas ilegais; 0 caso contrário
Venda de Drogas	= 1 se nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, teve venda de drogas ilegais; 0 caso contrário
Assassinato	= 1 se nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, teve assassinato; 0 caso contrário
Roubo	= 1 se nos últimos doze meses, nas redondezas ou arredores do domicílio do indivíduo, teve assalto ou roubo com violência; 0 caso contrário
Confiança na Polícia	= 1 se o indivíduo confia na polícia militar; 0 caso contrário

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC 2021.

Notas: (a) Categoria base

3.2 MODELO EMPÍRICO

A variável dependente utilizada na análise corresponde à percepção dos indivíduos acerca de sua segurança no bairro e na cidade. A Pesquisa Suplementar sobre Sensação de Segurança da PNAD Contínua de 2021 permite identificar quatro níveis ordenados de percepção: 1 = muito seguro(a), 2 = seguro(a), 3 = inseguro(a) e 4 = muito inseguro(a). As respostas classificadas como “ignorado” foram consideradas como valores ausentes. A especificação econométrica preserva a natureza ordinal da variável dependente.

Para analisar os determinantes da percepção de insegurança, empregou-se o modelo logit ordenado generalizado, com *odds* proporcionais⁵, conforme a formulação apresentada por Williams (2006). O modelo generalizado de regressão logística ordinal permite que os coeficientes associados às variáveis explicativas sejam diferentes entre os pontos de corte da variável dependente, enquanto o modelo logit ordenado convencional impõe que esses coeficientes sejam iguais em todos os pontos de corte.

$$P(Y_i > j) = g(X\beta_j) = \frac{\exp \exp (\alpha_j + X_i\beta_j)}{1 + \{\exp \exp (\alpha_j + X_i\beta_j)\}}, j = 1, 2, \dots, M - 1 \quad (1)$$

em que M é o número de categorias da variável dependente ordinal, no caso do estudo, $M = 4$; X_i representa o vetor de características individuais e familiar, de localização e variáveis de risco conforme Quadro 1; α_j corresponde ao intercepto associado ao ponto de corte j ; e β_j representa o vetor de coeficientes que pode variar entre os diferentes pontos de corte (Williams, 2006).

Como a variável dependente possui quatro categorias, são estimados três pontos de corte. Com a ordenação adotada neste estudo, as equações representam, respectivamente,

$Y > 1$: {seguro, inseguro, muito inseguro} versus {muito seguro},

$Y > 2$: {inseguro, muito inseguro} versus {muito seguro, seguro},

e

$Y > 3$: {muito seguro, seguro, inseguro} versus {muito inseguro}.

Os modelos são estimados separadamente para a percepção de insegurança no bairro e na cidade, permitindo verificar se os determinantes da percepção diferem conforme o espaço de referência considerado. Como os dados provêm da PNAD Contínua, que possui desenho amostral complexo, as estimativas incorporam os pesos amostrais, estratos e unidades primárias de amostragem, considerando a subpopulação correspondente aos residentes da região Nordeste.

Os resultados são apresentados das razões de chances (*odds ratios*), obtidas por $OR = \exp(\beta)$. Valores de $OR > 1$ indicam aumento nas chances relativas de estar em uma categoria

⁵ No estudo foi utilizado o *gologit2* proposto por Williams (2006), e a opção *autofit*, que executa teste de Wald para todas as variáveis, para indicar quais mantêm a hipótese de retas paralelas (*odds* proporcionais) e quais tem essa hipótese relaxada. A rotina do Stata pode ser solicitada aos autores.

superior da variável dependente no respectivo ponto de corte, enquanto valores de $OR < 1$ indicam redução dessas chances. A interpretação deve, contudo, considerar o ponto de corte específico, uma vez que, no modelo de *odds* proporcionais parciais, os efeitos de algumas variáveis podem diferir entre as equações. Williams (2006) ressalta que justamente essa variação entre os pontos de corte pode revelar padrões que seriam ocultados por um modelo de *odds* proporcionais convencional.

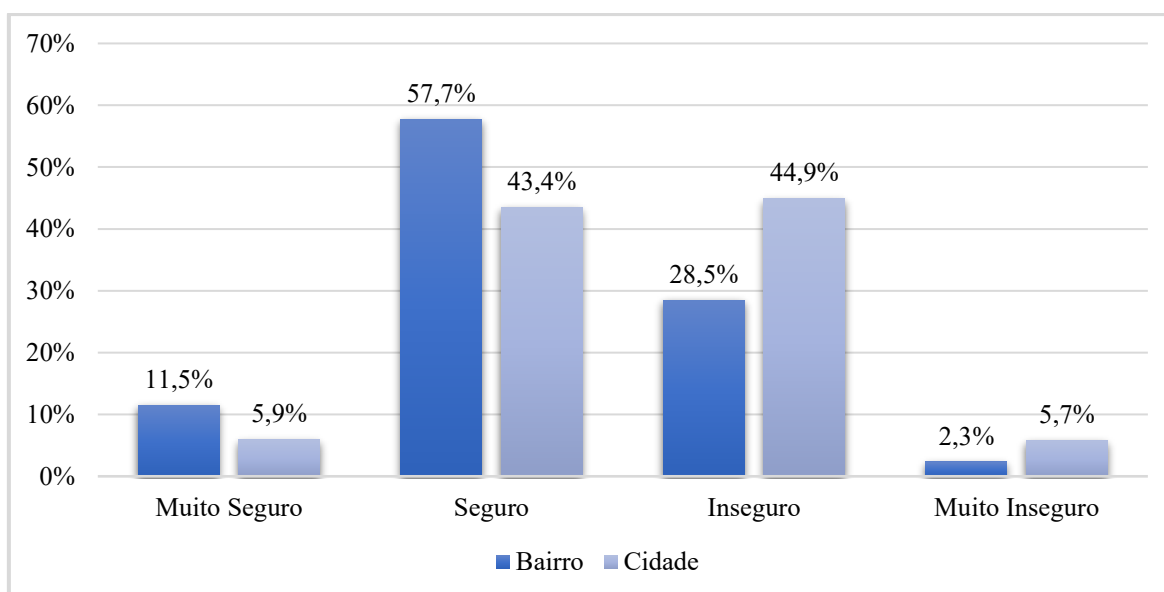
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos residentes do Nordeste segundo a percepção de (in)segurança no bairro e na cidade, em 2021. Os resultados demonstram que a sensação de segurança é mais elevada em relação ao bairro, 57,7% dos moradores declararam sentir-se seguros e 11,5% muito seguros, totalizando 69,2%. Em contrapartida, 28,5% consideraram o bairro inseguro e 2,3% muito inseguro.

Mello Neto (2016) evidencia que a percepção de insegurança pode variar de acordo com a escala espacial considerada, apresentando diferenças quando o indivíduo avalia o domicílio, o bairro ou a cidade. Essas variações podem estar relacionadas às características do entorno, como as condições dos espaços públicos, a presença de sinais de desordem urbana, as relações de vizinhança e a atuação do policiamento, fazendo com que a sensação de insegurança no bairro não necessariamente coincida com aquela percebida na cidade como um todo.

Gráfico 1 – Distribuição dos residentes segundo a percepção de (in)segurança nos bairros e nas cidades do Nordeste, 2021



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNADC 2021.

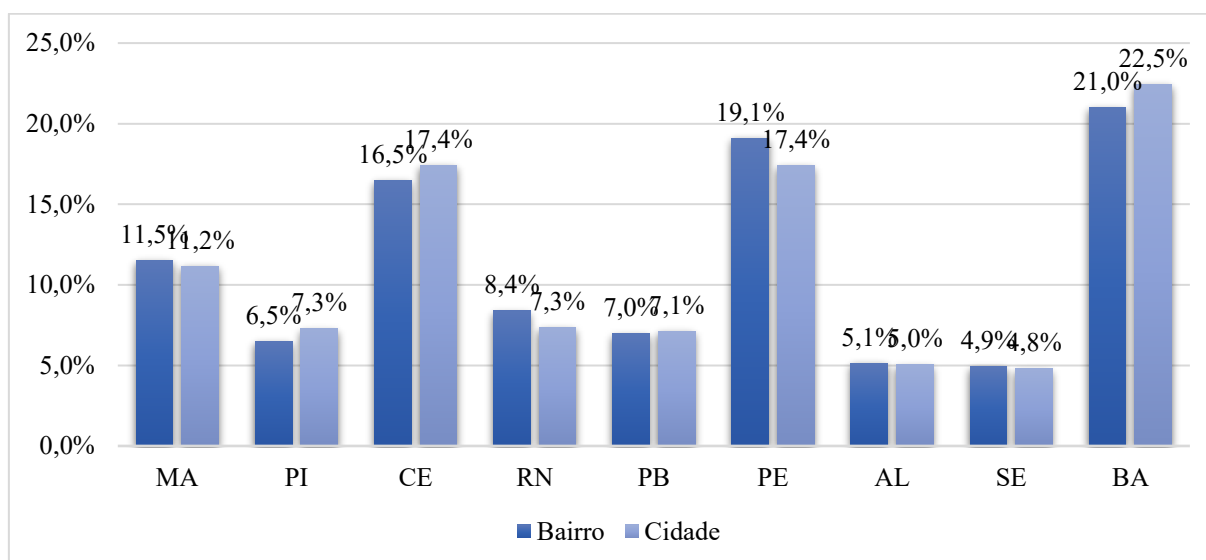
Nota: Resultados expandidos para a população.

Quando a avaliação se amplia para a cidade, observa-se uma percepção menos favorável da segurança. Nesse contexto, 44,9% dos moradores declararam sentir-se inseguros e 5,7% muito inseguros, enquanto 43,4% afirmaram sentir-se seguros e 5,9% muito seguros. Em conjunto, 50,6% dos residentes avaliaram a cidade como insegura ou muito insegura, percentual 19,8 pontos percentuais superior ao observado para o bairro. Essa diferença pode estar relacionada à maior proximidade, familiaridade e previsibilidade do ambiente de residência, que tendem a favorecer uma avaliação mais positiva do bairro. Em contrapartida, a percepção sobre a cidade abrange um espaço geográfico mais amplo e diversificado, podendo incorporar experiências indiretas e informações sobre criminalidade, violência e outros riscos urbanos.

No Gráfico 2, a seguir, tem-se a distribuição das pessoas que declararam sentir-se inseguras no bairro e na cidade entre os estados do Nordeste, em 2021. Observa-se que o estado da Bahia apresentou o maior percentual de pessoas que declararam insegurança no bairro (21%) e na cidade (22,5%) onde residem. Esse resultado pode estar relacionado, entre outros fatores, aos elevados níveis de violência letal observados no estado. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2026), a Bahia apresentou, em 2025, taxa de 36,8 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, uma das mais elevadas do país, ficando atrás apenas do Amapá.

Já os estados de Pernambuco e Ceará também se destacam com os maiores percentuais de sensação de insegurança, com valores acima de 16%, tanto para a percepção de insegurança na cidade, quanto para o bairro. Cabe mencionar que os residentes do estado de Pernambuco se sentem mais inseguros em seus bairros do que na cidade. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2026), o estado do Ceará apresentou a 2ª maior taxa de mortes violentas intencionais do Nordeste, enquanto Pernambuco ficou na 4ª colocação, em 2025. Apesar de ambos os estados terem exibido uma queda em tal taxa, em relação ao ano de 2024.

Gráfico 2 – Distribuição das pessoas que declararam sentir-se inseguras no bairro e na cidade, segundo o estado do Nordeste, 2021 (%)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNADC 2021.

Notas: (a) Resultados expandidos para a população. (b) AL, Alagoas; BA, Bahia; CE, Ceará; MA, Maranhão, PB, Paraíba; PE, Pernambuco; PI, Piauí; RN, Rio Grande do Norte; SE, Sergipe; (c) Para a definição de insegurança juntou-se as categorias “inseguro” e “muito inseguro”.

Os estados com menores percentuais de percepção de insegurança foram Alagoas e Sergipe, registrando percentuais em torno de 5% de insegurança. O estado do Rio Grande do Norte apresentou um maior percentual de pessoas inseguras nos bairros (8,4%) do que nas cidades (7,3%). O contrário se observa no estado do Piauí. Enquanto os estados da Paraíba e do Maranhão apresentaram percentuais em torno de 7% e 11%, respectivamente.

Também são observadas diferenças na percepção de insegurança conforme o espaço de referência considerado pelos entrevistados, seja o bairro de residência ou a cidade onde vivem. Em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, por exemplo, a proporção de indivíduos que se declararam inseguros no bairro foi superior à observada para a cidade, enquanto no Piauí, Ceará e Bahia ocorreu o comportamento inverso. Como já mencionado, Mello Neto (2016) ao analisar a percepção de insegurança segundo diferentes escalas geográficas, demonstram que o sentimento de insegurança pode variar conforme o indivíduo avalia o domicílio, o bairro ou a cidade.

A Tabela 1, a seguir, apresenta as estatísticas descritivas para as variáveis relacionadas às características individuais, familiares, sociodemográficas e localização, considerando a percepção de insegurança (sentir-se inseguro ou muito inseguro) nos bairros e cidades da região Nordeste. Entre os que se sentem muito inseguros, a maioria são mulheres. Assim como apontado por parte da literatura (Rodrigues; Oliveira, 2012; Silva; Beato Filho, 2013; Cunha; Plassa, 2016), as mulheres são as que mais declaram insegurança.

Quanto à raça/cor, a participação das pessoas brancas apresenta pouca variação entre os grupos, situando-se entre 24,29% e 25,8%. Consequentemente, aproximadamente três quartos dos indivíduos que declararam insegurança são não brancos. Em relação à posição na família, os chefes do domicílio correspondem a cerca de 55% em todas as categorias, sem diferenças expressivas entre os níveis de insegurança ou entre o bairro e a cidade.

Em relação à idade, observa-se maior concentração de indivíduos nas faixas etárias de 25 a 59 anos em todas as categorias analisadas. Entre aqueles que se declararam muito inseguros, destaca-se a participação dos indivíduos de 25 a 39 anos na avaliação do bairro, correspondendo a 38,37%. Na avaliação da cidade, as maiores participações também se concentram entre os adultos de 25 a 39 anos (35,55%) e de 40 a 59 anos (35,02%).

Quanto à escolaridade, observa-se que as pessoas com ensino médio apresentam participação elevada entre os muito inseguros, tanto no bairro (40,25%) quanto na cidade (39,82%). A proporção de pessoas sem instrução, por sua vez, é menor entre os muito inseguros. Na avaliação da cidade, chama atenção o aumento da participação daqueles com ensino superior, de 12,25% entre os inseguros para 18,47% entre os muito inseguros. A renda média é ligeiramente maior para os declarantes de se sentirem muito inseguros nas cidades (R\$1.487,285) do que nos bairros (R\$ 1.118,214). Quanto à composição domiciliar, a quantidade média de adultos apresenta pouca variação entre os níveis de insegurança.

Quanto à localização, a maioria das pessoas que declarou sentir-se insegura ou muito insegura reside em áreas urbanas. Entre aquelas que se consideram muito inseguras, essa proporção aproxima-se de 90%, tanto na avaliação do bairro quanto da cidade. Entre os que declararam sentir-se inseguros, a participação dos residentes em áreas urbanas alcança 85,25% na avaliação do bairro e 79,92% na avaliação da cidade. Em relação à residência nas capitais,

observa-se maior participação desses moradores entre os indivíduos que se declararam muito inseguros, tanto no bairro como na cidade.

Tabela 1 – Características sociodemográficas segundo o nível de insegurança percebida no bairro e na cidade, Nordeste, 2021

	Bairro		Cidade	
	Inseguro	Muito Inseguro	Inseguro	Muito Inseguro
Individual e Familiar				
Mulher	60,03%	67,04%	58,32%	63,61%
Branca	24,76%	24,37%	24,29%	25,80%
Chefe	55,67%	55,35%	55,52%	55,67%
Idade 15 a 18	5,87%	4,04%	6,04%	3,66%
Idade 19 a 24	10,72%	11,96%	10,78%	10,90%
Idade 25 a 39	33,28%	38,37%	32,82%	35,55%
Idade 40 a 59	32,56%	31,85%	32,45%	35,02%
Idade + 60	17,57%	13,79%	17,91%	14,87%
Sem Instrução	35,01%	29,28%	37,11%	26,26%
Fundamental	16,78%	16,69%	16,32%	15,45%
Médio	35,13%	40,25%	34,32%	39,82%
Superior	13,08%	13,78%	12,25%	18,47%
Renda (média)	1.162,367 (37,75)	1.118,214 (77,92)	1.160,22 (33,98)	1.487,285 (93,95)
Qtd_adultos (média)	1,46 (0,01)	1,53 (0,04)	1,46 (0,01)	1,51 (0,03)
Localização				
Urbana	85,25%	89,00%	79,92%	89,37%
Capital	32,65%	38,49%	29,20%	49,13%

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNADC 2021.

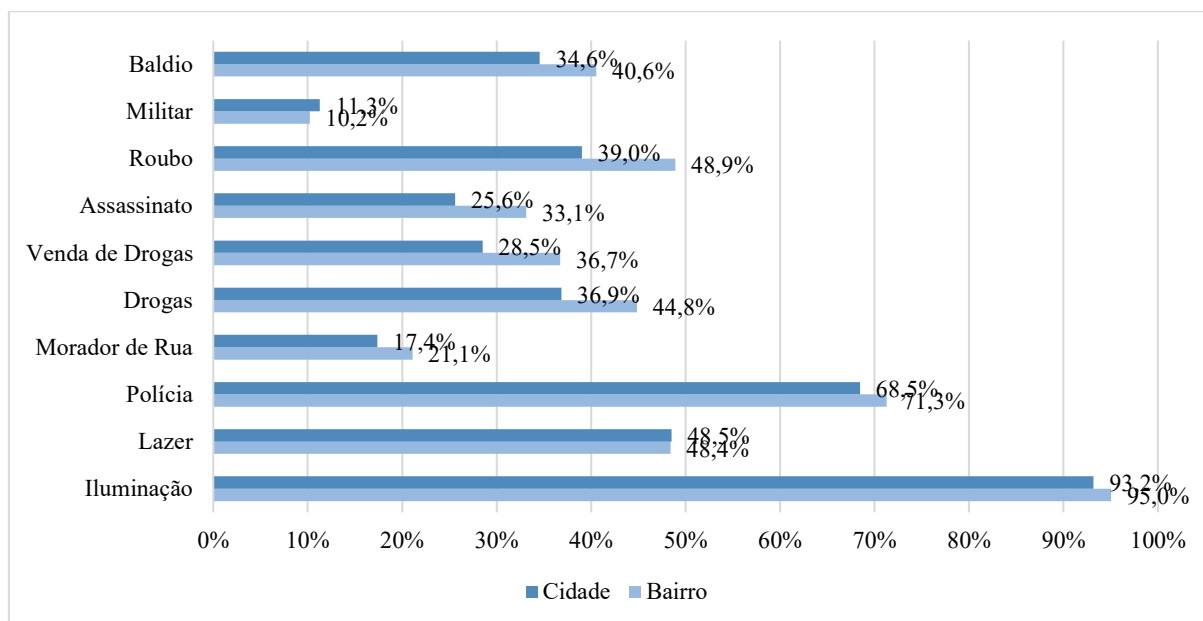
Notas: (a) Resultados expandidos para a população; (b) Os erros-padrão das médias são apresentados entre parênteses.

De maneira geral, o grupo que declara insegurança é composto majoritariamente por mulheres, pessoas não brancas, chefes do domicílio, adultos entre 25 e 59 anos e residentes em áreas urbanas. Entre os muito inseguros, observa-se maior concentração de mulheres, indivíduos em idade adulta, pessoas com ensino médio e moradores de áreas urbanas.

Por fim, o Gráfico 3 apresenta as principais situações de risco que podem contribuir para a sensação de insegurança (sentir-se inseguro ou muito inseguro) nos bairros e nas cidades do Nordeste. A presença de terrenos baldios mostrou-se expressiva, sendo relatada por 40,6% dos indivíduos que se sentem inseguros no bairro e por 34,6% daqueles que manifestam insegurança em relação à cidade. Já a presença de pessoas em situação de rua apresentou percentuais inferiores, correspondendo a 21,1% e 17,4%, respectivamente. Destaca-se, ainda, a baixa confiança na Polícia Militar, registrada por apenas 10,2% dos indivíduos inseguros no bairro e 11,3% dos inseguros na cidade, apesar de a presença de policiamento alcançar 71,3% e 68,5%, respectivamente.

Em relação aos crimes ocorridos nas proximidades do domicílio nos 12 meses anteriores à pesquisa, o roubo foi o mais frequentemente relatado. Esse crime foi mencionado por 48,9% dos indivíduos que se sentem inseguros no bairro e por 39,0% daqueles que manifestam insegurança em relação à cidade. Essa diferença sugere maior percepção de risco de crimes contra o patrimônio no espaço mais próximo ao domicílio. O assassinato, embora menos frequente que o roubo, também apresentou percentuais relevantes, sendo relatado por 33,1% dos indivíduos inseguros no bairro e por 25,6% dos inseguros na cidade.

Gráfico 3 – Situações relacionadas à percepção de insegurança no bairro e na cidade, Nordeste, 2021 (%)



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PNADC 2021.

Nota: (a) Resultados expandidos para a população; (b) Para a definição de insegurança juntou-se as categorias “inseguro” e “muito inseguro”.

Outro aspecto que pode estar associado à sensação de insegurança é a presença de situações relacionadas às drogas. A venda de drogas foi mais reportada pelos indivíduos que se sentem inseguros no bairro, com 36,7%, do que por aqueles inseguros na cidade, com 28,5%. De maneira semelhante, a presença de pessoas consumindo drogas nos arredores do domicílio foi relatada por 44,8% dos indivíduos inseguros no bairro e por 36,9% dos inseguros na cidade. De modo geral, os resultados indicam que a sensação de insegurança é mais presente nos bairros em que são relatadas situações associadas a maior vulnerabilidade e risco no entorno residencial.

Contrariamente ao que se poderia esperar, a ausência de iluminação não se mostrou predominante entre os indivíduos que relataram insegurança. A presença de iluminação nos arredores do domicílio foi registrada por 95,0% dos inseguros no bairro e por 93,2% dos inseguros na cidade. Conforme apontam Cardoso e Rennó (2019), a iluminação não determina os comportamentos, mas influencia a percepção espacial dos indivíduos, constituindo um elemento importante do planejamento da infraestrutura urbana. Além disso, representa um fator relevante para que as pessoas, especialmente aquelas que se deslocam a pé, decidam utilizar ou evitar determinados espaços (Vargas; Uriarte; Cybis, 2016).

Por fim, quase metade dos indivíduos relatou a presença de áreas de lazer próximas ao domicílio. Os percentuais foram praticamente iguais entre os dois grupos, correspondendo a 48,4% entre os inseguros no bairro e a 48,5% entre os inseguros na cidade.

4.2 RESULTADOS ECONOMETRICOS

A Tabela 2, a seguir, apresenta as razões de chances (*odds ratio* – OR) estimadas pelo modelo logit ordenado generalizado para a percepção de insegurança no bairro e na cidade na região Nordeste em 2021. Os resultados são organizados em três pontos de corte da escala de insegurança: (C1) muito seguro *versus* demais categorias; (C2) muito seguro/seguro *versus* inseguro/muito inseguro; e (C3) muito seguro/seguro/inseguro *versus* muito inseguro. Assim, OR superiores a um indicam maiores chances de pertencimento às categorias superiores de insegurança, enquanto valores inferiores a um indicam menores chances. Ademais, a versão generalizada permite que os fatores associados à percepção de insegurança tenham efeitos distintos entre os cortes considerados.

Entre as características individuais, o gênero apresenta associação consistente com a percepção de insegurança, especialmente nos níveis mais elevados da escala. No modelo para o bairro, ser mulher não apresenta associação estatisticamente significativa no primeiro corte, mas aumenta as chances de pertencimento às categorias superiores nos dois cortes seguintes (OR = 1,325 e 1,670). Na cidade, observa-se padrão semelhante, com OR = 1,292 e 1,374 nos dois últimos cortes. O resultado converge com estudos que identificam maior sensação de insegurança entre mulheres (Schafer *et al.*, 2006; Rodrigues; Oliveira, 2012; Borges, 2013; Cunha; Plassa, 2016). Entretanto, a não proporcionalidade indica que essa diferença se intensifica nos níveis superiores da escala.

A escolaridade apresenta um resultado menos consensual com a literatura. Enquanto estudos como Cunha e Plassa (2016) associam menor escolaridade a maior insegurança, Rodrigues e Oliveira (2012) encontram relação positiva entre escolaridade e percepção de insegurança, argumentando que indivíduos com maior nível educacional e socioeconômico podem apresentar maior exposição patrimonial. Os resultados deste estudo se aproximam dessa segunda perspectiva. No bairro, em relação aos indivíduos sem instrução, aqueles com ensino médio e superior apresentam maiores chances de pertencimento às categorias superiores de insegurança em relação àqueles sem instrução, enquanto o ensino fundamental apresenta comportamento não proporcional. Na cidade, observa-se padrão semelhante para ensino médio e superior. A diferença observada para o ensino fundamental reforça que a relação entre escolaridade e insegurança não é necessariamente uniforme entre os diferentes níveis da variável dependente.

Tabela 2 – Razões de chances estimadas pelo modelo logit ordenado generalizado para a percepção de insegurança no bairro e na cidade, Nordeste, 2021

Variável	Corte 1: Muito seguro vs. demais categorias		Corte 2: Muito seguro/seguro vs. inseguro/muito inseguro		Corte 3: Muito seguro/seguro/inseguro vs. muito inseguro	
	Bairro	Cidade	Bairro	Cidade	Bairro	Cidade
Mulher	1,068	1,095	1,325***	1,292***	1,670***	1,374***
Branca	0,931	0,908**	0,931	0,908**	0,931	0,908**
Chefe	1,027	1,014	1,027	1,014	1,027	1,014
Idade 19 a 24	1,104	1,212**	1,104	1,212**	1,104	1,212**
Idade 25 a 39	1,004	1,095	1,004	1,095	1,004	1,095
Idade 40 a 59	0,997	1,091	0,997	1,091	0,997	1,091
Idade 60+	1,022	1,061	1,022	1,061	1,022	1,061
Fundamental	0,850*	0,822*	1,230***	1,179***	0,964	0,972
Médio	1,134**	1,251***	1,134**	1,251***	1,134**	1,251***
Superior	1,214**	1,225***	1,214**	1,225***	1,214**	1,225***
Renda	1,000*	1,000	1,000*	1,000	1,000*	1,000
Qtd. adultos	1,009	1,054**	1,009	1,054***	1,009	1,054***
Iluminação	1,106	1,385**	1,106	0,928	1,106	1,413
Baldio	1,005	1,278***	1,374***	1,278***	1,777***	1,278***
Lazer	1,044	0,983	0,822***	0,944	0,630***	0,706
Policiamento	1,060	1,030	0,816***	0,774***	0,853	0,838
Morador de rua	1,273***	1,254***	1,273***	1,254***	1,273***	1,254***
Uso de drogas	1,401***	1,371***	1,401***	1,371***	1,401***	1,371***
Venda de drogas	1,035	1,112*	1,298***	1,112*	2,066***	1,112*
Assassinato	1,189*	1,304***	1,554***	1,304***	1,059	1,304***
Roubo	2,408***	2,191***	2,408***	2,191***	2,408***	2,191***
Confiança na PM	0,205***	0,207***	0,706***	0,756***	1,469*	1,288*
Urbana	1,444***	1,106	1,444***	1,106	1,444***	1,106
Capital	1,704***	3,283***	1,704***	3,283***	1,704***	3,283***
MA	1,561***	2,119***	1,561***	1,315***	1,561***	0,844
PB	1,737***	1,936***	1,150	1,011	0,706***	0,380***
PE	1,909***	2,118***	1,223**	1,095	0,866	0,999
PI	1,666***	2,080***	1,150	1,370***	0,518	0,447***
CE	1,362***	1,549***	1,362***	1,549***	1,362***	1,549***
AL	1,175*	1,161	1,175*	0,828**	1,175*	0,732
SE	1,288*	1,096	1,288**	1,096	1,288**	1,096
RN	2,065***	2,408***	1,439*	1,154	1,016	0,963
Constante	2,812***	4,303***	0,079	0,278***	0,002***	0,008***

Notas: a) p-valor: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,01; b) Para variáveis que atendem à hipótese de odds proporcionais, as OR são iguais nos três cortes; c) Plano amostral complexo considerado na estimação do glogit2; d) Amostra com 26.183 observações.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC 2021.

Em relação às características do entorno e à exposição à criminalidade, os resultados apresentam maior convergência com a literatura. A presença de moradores de rua e o consumo de drogas nas proximidades estão associados a maiores chances de percepção de insegurança tanto no bairro quanto na cidade. Esse resultado é consistente com a literatura que relaciona condições de desordem, sinais de incivilidade e características do ambiente urbano à percepção de risco e medo do crime (Austin; Furr, 2002; Silva, 2019; Vieira, 2018). Entre as ocorrências criminais, o roubo apresenta uma das associações mais fortes: OR = 2,408 no bairro e OR = 2,191 na cidade. O resultado é particularmente consistente com Sá Santos e Moura (2021), que identificaram associação entre vitimização e insegurança tanto no bairro quanto na cidade, com maior efeito no bairro, além de maior associação para o roubo entre os crimes analisados.

A venda de drogas nas proximidades apresenta associação não proporcional no bairro: não é significativa no primeiro corte, mas passa a apresentar OR superiores a um nos dois seguintes, alcançando 2,066 no contraste associado à categoria ‘muito inseguro’, indicando aumento da chance de o indivíduo se situar em níveis mais elevados de insegurança. Na cidade, o efeito é positivo e proporcional, porém de menor magnitude ($OR = 1,112$). O resultado reforça a importância das condições percebidas no entorno imediato, especialmente quando a referência espacial é o bairro.

As características físicas do entorno também apresentam associações distintas. A presença de terreno baldio está associada a maiores chances de insegurança no bairro, sobretudo nos níveis superiores da escala, enquanto a presença de áreas de lazer apresenta associação negativa nesses mesmos cortes. Esses resultados são compatíveis com a literatura que destaca a influência das condições e do desenho do espaço urbano sobre a percepção de segurança (Borooah; Carcach, 1997; Austin; Furr, 2002; Vieira, 2018). A maior consistência desses efeitos no modelo para o bairro sugere que características do ambiente imediato podem assumir maior relevância quando o indivíduo avalia a segurança de seu entorno residencial.

O policiamento nas proximidades apresenta associação não proporcional. Embora não seja significativo no primeiro corte, está associado a menores chances de insegurança no segundo, tanto no bairro quanto na cidade. A ausência de associação significativa no último corte indica que a presença de policiamento não apresenta relação uniforme com os diferentes níveis da escala. Quanto à confiança na Polícia Militar, observa-se comportamento não proporcional nos dois contextos. Nos primeiros cortes, está associada a menores chances de pertencimento às categorias superiores de insegurança; no último, a associação se inverte. Esse resultado sugere que a relação entre confiança institucional e percepção de insegurança não é uniforme ao longo da escala, aspecto que seria ocultado por uma especificação que impusesse coeficientes constantes entre os cortes.

As características territoriais também diferenciam os dois modelos. Residir em área urbana está associado a maiores chances de insegurança no bairro ($OR = 1,444$), mas não apresenta associação estatisticamente significativa no modelo de cidade. Já a residência em capital apresenta associação positiva e proporcional nos dois modelos, sendo consideravelmente maior quando a referência é a segurança da cidade: $OR = 1,704$ no bairro e $OR = 3,283$ na cidade. Esse resultado sugere que a dimensão territorial da residência assume papel distinto conforme o objeto da percepção. Enquanto a condição urbana está relacionada à avaliação da segurança do próprio bairro, a residência em capital parece exercer associação particularmente forte quando o indivíduo avalia a segurança da cidade.

A análise por estado evidencia heterogeneidade regional na percepção de insegurança, mesmo após o controle pelas características individuais, domiciliares, de localização e de risco incluídas nos modelos. Considerando a Bahia como categoria de referência, no modelo para o bairro, Maranhão e Ceará apresentam maiores chances de pertencimento às categorias superiores de insegurança, com efeitos positivos e constantes entre os cortes, enquanto estados como Paraíba, Pernambuco e Piauí apresentam associações que variam conforme o nível de insegurança; no modelo para a cidade, observa-se heterogeneidade ainda mais acentuada, com mudanças na magnitude e, em alguns casos, na direção dos efeitos entre os pontos de corte.

Esses resultados devem ser interpretados como diferenças condicionais entre os estados, e não como uma classificação de seus níveis de insegurança, uma vez que o Gráfico 1 apresenta

diferenças brutas e as estimações controlam a composição sociodemográfica e contextual da amostra. A evidência amplia a discussão de Borges (2013), que identifica maior percepção de insegurança no Nordeste, ao mostrar que a própria região apresenta diferenças internas relevantes, e dialoga com Mello Neto (2016) ao indicar que essas diferenças também dependem da escala territorial considerada, seja bairro ou cidade.

De modo geral, os resultados indicam maior consistência das associações relacionadas à criminalidade percebida e às características do entorno, especialmente roubo, uso de drogas e presença de moradores de rua. Ao mesmo tempo, a comparação entre bairro e cidade revela que algumas relações são específicas ou mais intensas em uma das escalas territoriais. A venda de drogas, o terreno baldio e a área de lazer, por exemplo, apresentam associações mais evidentes no modelo para o bairro, enquanto a residência em capital assume maior magnitude no modelo para a cidade.

Por fim, a presença de efeitos não proporcionais em variáveis como gênero, escolaridade, venda de drogas, policiamento e confiança na Polícia Militar constitui um dos principais resultados do modelo. Esses achados mostram que os fatores associados à percepção de insegurança não necessariamente apresentam a mesma relação entre todos os níveis da escala. A utilização do modelo logit ordenado generalizado permite, portanto, identificar heterogeneidades que seriam ocultadas caso fosse imposta a hipótese de efeitos constantes entre os pontos de corte. Nesse sentido, os resultados não apenas confirmam parte das evidências encontradas na literatura, mas também mostram que a percepção de insegurança deve ser analisada considerando tanto a escala territorial, bairro e cidade, quanto o nível de intensidade da própria percepção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como principal objetivo observar os determinantes da (in)segurança nos bairros e cidades do Nordeste em 2021. Para isso, foram utilizados dados da Pesquisa Suplementar sobre Sensação de Segurança da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), para o ano de 2021. O modelo logit ordenado generalizado foi estimado incluindo variáveis que consideram aspectos socioeconômicos individuais, de localização e variáveis de risco.

Os resultados evidenciam que a percepção de insegurança é influenciada por fatores individuais, territoriais e pelas características do entorno, com efeitos que variam conforme o nível de insegurança e a escala territorial analisada. Entre os principais determinantes, destacam-se gênero, escolaridade, exposição à criminalidade, presença de moradores de rua, uso e venda de drogas, roubos e características físicas do ambiente, como terrenos baldios e áreas de lazer.

Em relação ao gênero, ser mulher não apresenta associação estatisticamente significativa no primeiro corte, mas aumenta as chances de pertencimento às categorias superiores nos dois cortes seguintes ($OR = 1,325$ e $1,670$). Na cidade, observa-se um padrão semelhante, com $OR = 1,292$ e $1,374$ nos dois últimos cortes. No que se refere à escolaridade, observou-se que, no bairro, em relação aos indivíduos sem instrução, aqueles com ensino médio e superior apresentam maiores chances de pertencimento às categorias superiores de

insegurança, enquanto o ensino fundamental apresenta comportamento não proporcional. Na cidade, observa-se padrão semelhante para o ensino médio e superior.

Quanto às características do entorno, a presença de moradores de rua e o consumo de drogas nas proximidades estão associados a maiores chances de percepção de insegurança tanto no bairro quanto na cidade. As características físicas do entorno também apresentam associações distintas. A presença de terreno baldio está associada a maiores chances de insegurança no bairro, sobretudo nos níveis superiores da escala, enquanto a presença de áreas de lazer apresenta associação negativa nesses mesmos cortes.

Em relação ao policiamento, observa-se uma associação não proporcional. Embora não seja significativo no primeiro corte, está associado a menores chances de insegurança no segundo, tanto no bairro quanto na cidade. O roubo, por sua vez, apresentou uma das associações mais fortes, enquanto a presença de áreas de lazer esteve relacionada a menores chances de insegurança em determinados níveis.

Também foram observadas diferenças importantes entre as escalas territoriais. Fatores como venda de drogas, terrenos baldios e áreas de lazer apresentaram associações mais evidentes no bairro, enquanto residir em uma capital mostrou associação particularmente forte quando a percepção se refere à segurança da cidade. Além disso, foram identificadas diferenças entre os estados nordestinos, indicando que a percepção de insegurança não é homogênea dentro da região.

No que diz respeito às diferenças entre os estados, verificou-se heterogeneidade regional na percepção de insegurança, mesmo após o controle pelas características individuais, domiciliares, de localização e de risco incluídas nos modelos. Considerando a Bahia como categoria de referência, no modelo para o bairro, Maranhão e Ceará apresentam maiores chances de pertencimento às categorias superiores de insegurança, com efeitos positivos e constantes entre os cortes, enquanto estados como Paraíba, Pernambuco e Piauí apresentam associações que variam conforme o nível de insegurança. No modelo para a cidade, observa-se heterogeneidade ainda mais acentuada, com mudanças na magnitude e, em alguns casos, na direção dos efeitos entre os pontos de corte. Essa abordagem dialoga com Borges (2013) e Mello Neto (2016), ao reconhecer que a percepção de insegurança apresenta variações territoriais e pode assumir padrões distintos conforme o espaço de referência analisado.

Por fim, os determinantes da insegurança não atuam da mesma maneira em todos os níveis da escala. Assim, o modelo logit ordenado generalizado permite captar diferenças que seriam ocultadas por modelos que assumem efeitos constantes. De modo geral, os resultados reforçam que a insegurança deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional e territorialmente diferenciado, considerando simultaneamente as características dos indivíduos, do ambiente e do território analisado.

Os resultados sugerem a importância de políticas públicas integradas e territorialmente focalizadas, combinando segurança pública, planejamento urbano e inclusão social. A associação entre terrenos baldios, uso e venda de drogas, roubos e maiores níveis de insegurança indica a relevância de ações como recuperação de áreas degradadas, qualificação da iluminação e dos espaços públicos, ampliação e manutenção de áreas de lazer e fortalecimento de estratégias de policiamento de proximidade. A maior percepção de insegurança entre as

mulheres também reforça a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero ao planejamento urbano e às políticas de mobilidade e segurança.

Além disso, a presença de pessoas em situação de rua e de situações relacionadas às drogas aponta para a necessidade de articulação entre segurança, assistência social, saúde e habitação. Como os resultados evidenciam diferenças entre bairros, cidades e estados nordestinos, as políticas devem considerar as especificidades territoriais, evitando soluções uniformes e priorizando intervenções ajustadas às características locais.

REFERÊNCIAS

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 1 (2026). São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2026.
- ANTONIOLLI, M. E.; MOREIRA, G. C.; CECCATO, V. The impact of public lighting quality on residents' safety perceptions in Brazilian cities. *Cities*, v. 176, p. 107254, 2026.
- AUSTIN, D. M.; FURR, L. A. The effects of neighborhood conditions on perceptions of safety. *Journal of criminal justice*, v. 30, n. 5, p. 417-427, 2002.
- BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. *Sociedade & natureza*, v. 22, p. 151-163, 2010.
- BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. *Journal of political economy*, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968.
- BORGES, D. Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 18, n. 1, p. 141-163, 2013.
- BOROOAH, V. K.; CARCACH, C. A. Crime and fear: Evidence from Australia. *The British Journal of Criminology*, v. 37, n. 4, p. 635-657, 1997.
- CANHOTO, C. **Políticas públicas de segurança—novo paradigma**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal, 176, 2010.
- CARDOSO, V. L.; RENNÓ, S. A. Iluminação e segurança pública: uma investigação sobre a relação entre design e criminalidade urbana pela perspectiva feminina. *Estudos em design*, v. 27, n. 3, 2019.
- CAPOWICH, G. E. The conditioning effects of neighborhood ecology on burglary victimization. *Criminal Justice and Behavior*, v. 30, n. 1, p. 39-61, 2003.
- CIRÍACO, J. S.; SOUSA, C. B.; JORGE NETO, P. M. Determinantes do Medo do Crime no Ceará em 2009: Uma Análise do Efeito da Vitimização Direta. 2018.
- CUNHA, M. S.; PLASSA, W. Sensação de insegurança pública no Brasil: uma análise estrutural das vulnerabilidades e do efeito da vitimização direta. *Economic Analysis of Law Review*, v. 7, n. 1, p. 266-290, 2016.

DI ROCCO, J.; VASILJEVIC, Z.; IVERT, A.-K. Neighborhood fear of crime and disadvantaged areas: a comparative longitudinal study. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 25, n. 4, p. 427-445, 2023.

FERNANDEZ, J. C. A economia do crime revisitada. **Economia & Tecnologia**. Campinas, v. 1, n. 03, p. 36-44, 1998.

FERREIRA, J. M. O nexo entre infraestrutura urbana e criminalidade: como a arquitetura e o urbanismo pode contribuir para a redução da violência. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, n. 1, 2019.

FRANKLIN, T. W.; FRANKLIN, C. A.; FEARN, N. E. A multilevel analysis of the vulnerability, disorder, and social integration models of fear of crime. **Social Justice Research**, v. 21, p. 204-227, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: notas técnicas: versão 1.15. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 129 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102044_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

JACKSON, J.; GOUSETI, I. Fear of crime and the psychology of risk. Jackson, J. and Gouseti, I., 'Fear of Crime and the Psychology of Risk', entry in Bruinsma, G. and Wesiburd, D.(eds.) **Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, Springer-Verlag, Forthcoming, 2012.

KEANE, C. Evaluating the influence of fear of crime as an environmental mobility restrictor on women's routine activities. **Environment and Behavior**, v. 30, n. 1, p. 60-74, 1998.

MCCREA, R. et al. Fear of crime in Brisbane: Individual, social and neighbourhood factors in perspective. **Journal of Sociology**, v. 41, n. 1, p. 7-27, 2005.

MELÉNDEZ, M. **Presos em uma armadilha**: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe. Relatório de Desenvolvimento Humano Regional, 2021.

MELLO NETO, D. M. Zonas do Medo: variações geográficas do sentimento de (in)segurança no suplemento Vitimização e Acesso à Justiça da PNAD de 2009. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, p. 172–191, 2016. Doi: 10.31060/rbsp.2016.v10.n2.701.

MOREIRA, G.; CECCATO, V. Increase of fear of crime in rural Brazil and police legitimacy. **Journal of Rural Studies**, v. 110, p. 103370, 2024.

RODRIGUES, C. D.; OLIVEIRA, V. C. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 156-184, 2012.

ROUNTREE, P. W.; LAND, K. C. Burglary victimization, perceptions of crime risk, and routine activities: A multilevel analysis across Seattle neighborhoods and census tracts. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 33, n. 2, p. 147-180, 1996.

SAELEN, B.; SALLIS, J. Neighborhood Environment Walkability Survey (NEWS) & Neighborhood Environment Walkability Survey–Abbreviated (NEWS-A). **Active Living Research**, 2002.

SÁ SANTOS, L. M.; LUCENA MOURA, K. H. Vitimização do Crime e Sentimento de Insegurança: Evidências para o Brasil. **Economic Analysis of Law Review**, v. 12, n. 3, p. 120-150, 2021.

SCHAFER, J. A.; HUEBNER, B. M.; BYNUM, T. S. Fear of crime and criminal victimization: Gender-based contrasts. **Journal of Criminal Justice**, v. 34, n. 3, p. 285-301, 2006.

SILVA, C. M. **Você tem medo de quê? Percepção de insegurança na vizinhança**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

SILVA, B. F. A.; BEATO FILHO, C. C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. S155-S170, 2013.

SMITH, L. N.; HILL, G. D. Victimization and fear of crime. **Criminal justice and behavior**, v. 18, n. 2, p. 217-239, 1991.

SKOGAN, W. G.; MAXFIELD, M. G. **Coping with crime**: Individual and neighborhood reactions. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1981.

VARGAS, J. C. B.; URIARTE, A. M. L.; CYBIS, H. B. B. Explorando as viagens a pé: estrutura urbana e sensação de segurança. In: **Anais do XXX Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, ANPET**. 2016.

VIEIRA, A. M. **O desenho urbano como estratégia no incremento da percepção de segurança no espaço público**. 2018. Dissertação (Mestrado-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2018.

VIANA, R. S. L. Deslocadas internas: violência urbana como vetor de mobilidade no Estado Fortaleza – Ceará. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2019.

WILLIAMS, R. A.; EDU, N. D. gologit2 documentation. **Stata Journal**, v. 6, n. 1, p. 58-82, 2006.